

Um novo olhar sobre os jornalistas

Os depoimentos orais¹

Alzira Alves de Abreu
Fundação Getulio Vargas, CPDOC
alzira@fgv.br



té os anos 1990, nos estudos sobre a transição do regime militar autoritário brasileiro (1964-1985) para a democracia, historiadores e cientistas sociais não levaram em consideração a intervenção política da mídia. Observa-se, na produção da época, uma ausência sistemática dessa variável do processo político brasileiro contemporâneo. Para entender o papel que a mídia exerceu, então, decidi desenvolver uma pesquisa sobre o tema. Ao longo do trabalho, ouvi 58 jornalistas, que falaram sobre sua atuação, suas aspirações, imagens e representações. Essas entrevistas não só permitiram uma reflexão sobre a influência da mídia na transição democrática como abriram um novo caminho: o estudo das mudanças ocorridas na própria mídia na segunda metade do século XX.

Quando falamos de trajetórias de vida, entramos no terreno das biografias, e faz-se então necessário indicar as especificidades do método que estamos utilizando. Ao trabalharmos com uma categoria profissional como a dos jornalistas, poderíamos limitar nosso campo de observação ao levantamento bibliográfico, à leitura e/ou à audiência de notícias nos jornais, rádio e televisão, e à análise dos questionários aplicados. Entretanto, optamos por utilizar também o discurso dos atores como ponto de partida para nossa análise. Assim fizemos porque, como diz Cer-

Pour citer cet article

Référence électronique

Alzira Alves de Abreu, « Um novo olhar sobre os jornalistas. Os depoimentos orais », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 1, n° 1 - 2012, mis en ligne le 15 septembre 2012. URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

ruti (1995: 32), “*partindo dos indivíduos, recompondo-lhes o percurso social e tentando reconstituir suas escolhas, o pesquisador se interroga sobre a experiência deles e, por conseguinte, sobre como se formou sua identidade social*”.

Em nossas entrevistas, solicitamos ao sujeito-narrador que fizesse uma síntese de sua trajetória profissional – informasse sua data de nascimento, a profissão dos pais, o curso universitário que frequentou, as estratégias que utilizou para obter o primeiro emprego no jornal, os jornais em que trabalhou e as funções que ocupou até o momento da entrevista. Em seguida, introduzimos questões relativas às suas experiências de trabalho, procurando estabelecer uma comparação entre o período militar-autoritário do pós-64 e a atualidade. As entrevistas são temáticas e tentam estabelecer vínculos entre a dimensão temporal e a mudança social. Através da biografia, das trajetórias individuais, em combinação com cortes geracionais, queríamos mostrar as experiências vividas em um determinado contexto social e em um quadro político comum; como os indivíduos reagem, adaptam-se e atuam em conjunturas desfavoráveis para a realização de um projeto de vida¹. Não estávamos interessados em fazer longas histórias de vida; todos os entrevistados foram submetidos a perguntas básicas, e em torno delas é que se desenvolveram as demais questões.

Tomando como exemplo uma geração de jornalistas que foi atingida em sua trajetória de vida por uma conjuntura que suprimiu todas liberdades democráticas, as biografias se encontram em um tempo histórico e, nesse tempo, o sujeito-ator respondeu às exigências de várias ordens, quer profissionais, quer políticas, repressivas ou outras.

Essas respostas não podem ser examinadas como casos individuais. Nossa perspectiva não é a de considerar a biografia um caso singular, ou um caso particular, e sim mostrar, através da análise de um conjunto de trajetórias individuais, as relações causais e algumas regularidades no comportamento dos jornalistas que detêm hoje o poder de definir a informação para o grande público brasileiro.

Utilizar biografias e histórias de vida nos estudos de mudança social implica, sem dúvida, uma valorização do papel do indivíduo na história. De imediato, um problema se coloca ao historiador: que indivíduos estudar? A escolha deverá privilegiar personagens que ocuparam ou ocupam posições capazes de lhes garantir participação em decisões que afetaram ou afetam o curso dos acontecimentos, de lhes dar uma perspectiva mais ampla sobre o tema analisado, um conhecimento mais ou menos completo do fenômeno em estudo. Mas é também impor-

tante perceber a teia de relações que o indivíduo estabeleceu e que lhe permitiu construir o novo, que lhe abriu a possibilidade de introduzir mudanças, de atualizar o já existente e ultrapassar o que não era mais operacional. Entretanto, não é possível, nos limites deste texto, apresentar respostas às questões que envolvem o método biográfico e a história oral.

Tivemos a preocupação de ouvir jornalistas que tinham ingressado no jornalismo durante os anos 1960/1970 e que vieram a assumir posições importantes nas redações após 1980. Eles pertenceram à geração nascida nos anos 1940/1950. Ao longo da pesquisa foram incorporados novos nomes em função do conhecimento que foi sendo ampliado à medida que fomos percebendo a importância de determinadas áreas, como a de economia, a qual no processo de mudança, ganhou um grande espaço na imprensa. Ouvimos também jornalistas que pertenceram à geração nascida nos anos 1920/1930, e que ocuparam cargos e posições de direção nas redações durante o período analisado².

É importante lembrar que o perfil dos jornalistas sofreu mudanças principalmente a partir dos anos 50, e que essas mudanças se intensificaram durante a fase de transição política. Eles foram assumindo uma posição de prestígio junto ao público, tornaram-se figuras capazes de atrair leitores ou audiência para a mídia. A profissionalização da categoria ocorreu em grande parte devido à massificação da cultura e à ampliação da indústria cultural. A exigência do diploma universitário em jornalismo ou comunicação (1969), a dedicação em tempo integral à atividade jornalística e a regulamentação da profissão são indicadores de uma profissionalização que deixaria para trás diletantismos românticos.

Os depoimentos orais revelaram que os empresários da mídia apoiaram o regime militar, mas mantiveram em suas redações jornalistas que eram contrários ao regime e que atuaram na luta em favor da democracia. A mídia e os jornalistas utilizaram inúmeras estratégias para denunciar a censura, a opressão dos militares e a política econômica então adotada. A imprensa alternativa, as charges, as editoriais de economia e as telenovelas foram alguns dos vetores de crítica ao regime.

Vale aqui, contudo, observar que não se pode passar a ideia de que a maioria dos jornalistas fez oposição e lutou contra o regime militar. Muitos órgãos da imprensa e alguns jornalistas aceitaram a censura e impuseram a autocensura, e alguns colaboraram com os censores (Kushnir, 2004).

Ao utilizar o método da história oral, o pesquisador só trabalha com personagens e temas do

presente, o que coloca o problema da identidade do pesquisador com o narrador. A história oral é uma fonte, um documento, e a fonte oral é contemporânea do historiador, e não do acontecimento. A história oral permite ao pesquisador se aproximar do passado e do presente que está sendo narrado pelo depoente. As dificuldades que se apresentam para o pesquisador, ao utilizar os depoimentos orais, estão ligadas ao controle das informações dadas pelo depoente. Em muitos casos, só aparecem os lados positivos da atuação do entrevistado. Podemos tomar como exemplo uma de nossas entrevistas com um jornalista que atuou durante o regime militar. Ele foi demitido do jornal onde trabalhava, e em seu depoimento deu como explicação para a sua demissão motivos políticos, o que aparentemente se justificava por ele ter uma importante atuação política. Através de outros depoimentos de jornalistas que trabalhavam na mesma redação e na mesma época, e que tinham também grande atuação política, verificamos, porém, que o motivo da demissão estava relacionado à manutenção de outro emprego, em uma empresa de publicidade, o que era proibido pelo jornal e mal visto pelos colegas. Esse fato mostra que as histórias de vida tendem a esconder atos não aceitos e criticáveis pelo grupo. Mas se a memória é uma fonte imperfeita para o historiador, como mostra Robert Frank (1992), são exatamente as imperfeições e os defeitos que legitimam a transformação da memória em objeto da história.

Ao traçar o perfil e a trajetória de vida, o depoente tem um discurso livre, pode escolher falar de si mesmo, de episódios que lhe parecem mais significativos e que dão uma imagem de si mais positiva. Mas a entrevista é realizada dentro de um esquema pré-estabelecido, em que todos os dados formais disponíveis sobre o entrevistado são levantados anteriormente ao depoimento, nas fontes secundárias. A entrevista também segue uma ordem cronológica. Mas como mostra Jean Peneff (1990), as histórias de vida apresentam uma única voz, sem contradições e sem oponentes. O autor chama a atenção para o fato de que partes importantes da vida são deixadas de lado, em especial quando se trata de temas que poderiam trazer danos à imagem do narrador.

Torna-se importante o confronto de dados e informações, mas, como estamos lidando com personagens e temas do presente – na verdade estamos trabalhando com a chamada história imediata, em que há uma radical proximidade do historiador com o objeto de estudo –, esse confronto se mostra bastante precário. Uma das formas de contornar esse problema é estabelecermos uma série de perfis e trajetórias de vida, reunindo indivíduos com características que foram definidas a priori como impor-

tantes para a pesquisa. O fato de pertencer a um grupo que viveu os mesmos acontecimentos importantes, os mesmos processos de mudança, permite um controle sobre as informações obtidas.

Os depoimentos orais permitiram identificar algumas questões relacionadas à escolha da profissão e à concepção e formas de exercer o jornalismo. As mudanças políticas e econômicas que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas introduziram alterações no perfil do jornalista brasileiro pertencente à geração que iniciou a carreira quando não havia liberdade de expressão e de idéias. As entrevistas revelaram os mecanismos de funcionamento das redações, o processo de substituição geracional e a entrada das mulheres, que passaram a ocupar um espaço privilegiado no jornalismo econômico e nas colunas de análise política.

O estudo da trajetória de vida dos jornalistas indica que o contexto político de repressão e censura foi, para muitos jovens, um estímulo na escolha da profissão de jornalista. Embora possa parecer contraditório, na verdade, essa escolha fazia parte da lógica de um engajamento político. Entre os nossos entrevistados, um número significativo pertenceu a partidos ou movimentos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), movimentos católicos de esquerda e movimentos revolucionários de guerrilha.

Para olharmos os jornalistas através dos depoimentos orais, escolhemos dois temas: as editorias de economia e as mudanças introduzidas na imprensa.

As editorias de economia

O jornalismo econômico foi utilizado tanto pelos militares como por seus opositores. Para os militares, foi um instrumento de divulgação da política econômica que se tornara a moeda de legitimação política do regime. De outro lado, na medida em que os assuntos políticos sofriam censura da polícia, muitos jovens jornalistas buscavam fazer as críticas ao regime militar através do jornalismo econômico.

Como nos indica um dos jornalistas entrevistados, o problema no período da ditadura militar estava ligado à fonte de informação disponível. Para os temas políticos, não só a censura era mais atenta, como os informantes eram do governo, já que a oposição tinha sido totalmente dizimada. No caso dos temas econômicos, o jornalista conseguia dados e informações elaborados nas universidades e em centros de pesquisa. No Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do governo, os jornalistas tinham contato com economistas que passavam,

off the record, análises e informações relacionadas a estudos que não podiam ser revelados por eles oficialmente.

Nos anos do governo Médici (1969-1974), período de maior repressão, quando o ministro da Fazenda era Delfim Neto, havia um controle sobre determinados temas, e só podia ser publicado o que o ministro passava para os jornalistas. As informações eram oficiais. Um dos meios de contornar essa situação foi introduzir debates com especialistas. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, promoveu debates e publicou artigos de economistas norte-americanos, que apresentavam dados criticando o modelo econômico adotado pelo regime militar. Os militares não censuravam essas matérias, porque, como diz um dos jornalistas que entrevistamos, “*não iam atribuir aos americanos ideias comunistas*”.

O discurso do regime militar era todo voltado para a economia, daí, como indica um dos nossos entrevistados, o fato de a resistência ao regime por parte dos jornalistas ter sido encaminhada em direção à economia. Eles utilizaram não só os jornais diários de grande circulação, como também revistas de economia e jornais alternativos para contestar e denunciar o regime.

A economia e os economistas passaram a ter, nesse período, o papel e o espaço que antes eram dados à política e aos políticos. Os economistas começaram a deter um enorme poder de definição das políticas públicas. Assim, dentro das redações, a economia também assumiu grande prestígio e importante posição. As editorias de economia dos jornais rapidamente conquistaram grande espaço, e no seu interior foram introduzidas inovações que em seguida atingiram toda a redação. Os proprietários de jornais, diante das pressões da censura e da apreensão dos jornais pela polícia, resolveram substituir o noticiário político pelo econômico ou por notícias internacionais. Foi um momento significativo para a profissionalização, tanto das empresas como dos jornalistas.

O interesse pelo tema econômico-financeiro também se alargou, atingindo setores de classe média, que começaram a aplicar suas economias no mercado de capitais. Como lembra o jornalista Alberto Dines, de um lado, o noticiário econômico passou a interessar uma grande massa de leitores, mas, de outro, a linguagem tornou-se hermética, já que as fontes de informação dos jornalistas eram os tecnocratas ou os economistas (Dines, 1986: 72).

Nos depoimentos orais, alguns jornalistas também indicam os erros cometidos por eles nas editorias de economia. Lembram que apoiaram políticas

adotadas pelos militares, consideradas nacionalistas, o que ia de encontro ao engajamento ideológico de muitos jornalistas. A política de informática então adotada, e que teve o apoio de grande número de jornalistas da área econômica, é um dos exemplos citados. Na verdade essa política, que impediu a entrada de microcomputadores vindos do exterior e determinou sua fabricação por empresas brasileiras, significou um enorme atraso no desenvolvimento do país.

O jornalismo econômico, tal como é praticado hoje, teve, durante o regime militar, um grande impulso. O noticiário econômico era essencialmente financeiro/comercial, voltado para informações práticas como cotação da bolsa de valores, câmbio, preços e produção de produtos agrícolas. Quando apresentava outros temas, estes não vinham acompanhados de uma análise, ainda eram raros os especialistas dedicados a assuntos econômicos dentro das redações. A cobertura sobre o desempenho das empresas e sobre os diversos setores da economia ainda não fazia parte da preocupação da imprensa. A visão macroeconômica e setorial ocupava um espaço reduzido nas páginas dos jornais. Até então, os jornalistas de prestígio não aceitavam fazer matérias sobre empresas e empresários, já que esse tipo de jornalismo era malvisto. Quando eram publicadas declarações de um empresário, os colegas da redação diziam que o chefe da redação ou o jornalista responsável tinham sido “comprados”, e os que assim agiam eram vistos como corruptos. Os empresários também tinham receio de passar informações para os jornalistas, pois tinham a expectativa de que haveria cobranças financeiras. Mas, já nos anos 1970, sob a influência do jornalismo norte-americano e dos efeitos da censura, os jornais brasileiros perceberam que a economia, vista do ângulo das empresas, também era notícia.

Com a redemocratização do país, ocorreram mudanças na atitude dos jornalistas. Foi o momento em que apareceram atitudes apolíticas, em que eles não desempenhavam mais o papel de porta-vozes das idéias de mudança e de revolução. Os jornalistas que ontem eram engajados politicamente tinham uma ação dentro de partidos políticos ou movimentos. Hoje, são profissionais, técnicos que vivem a crise do engajamento. Para alguns jornalistas, a explicação se encontra na nova concepção de engajamento político e nas novas formas de mobilização social. A partir dos anos 1990, segundo um diretor de jornalismo entrevistado, o público não se interessa pela política que é praticada atualmente. O interesse do público ganha novas áreas, como a questão ambiental, a saúde, o corpo. A política, a não ser em momentos de eleição ou momentos especiais, é vista com desinteresse.

As mudanças narradas pelos jornalistas

Muitos dos depoimentos que tomamos abriram grande espaço para discutirmos as mudanças ocorridas na estrutura organizacional das empresas. Vejamos alguns dos pontos mencionados, tomando como exemplo o caso do *Jornal do Brasil*.

A reforma do *Jornal do Brasil*, que teve início no final dos anos 1950 e se estendeu ao longo dos anos 1960, influenciou outros jornais e deixou marcas no jornalismo brasileiro. Mas essa reforma desperta até hoje grandes disputas, provoca debates sobre quem de fato realizou a modernização do jornal e quando realmente teve início o processo de mudança. É certo que a decisão de iniciar o processo de mudança coube ao proprietário do jornal, e foi ele que escolheu os jornalistas que iriam conduzir o processo.

Devemos lembrar que o jornal foi criado em 1891 e que em 1930, como solução para problemas financeiros, tornou-se um “boletim de anúncios”, deixando de lado os temas políticos e a cobertura das artes e literatura. Perdeu então o seu caráter noticioso e voltou-se quase exclusivamente para os anúncios classificados. Por manter a primeira página inteiramente ocupada por anúncios, o jornal recebeu nessa época o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”. Mas não se omitiu totalmente diante dos principais acontecimentos políticos e adotou uma linha conciliatória durante o Estado Novo (1937-1945).

O início dos anos 1950, quando novos administradores assumiram a orientação do jornal – a condessa Pereira Carneiro e seu genro Manoel Nascimento Brito –, abriu-se caminho para as mudanças que iriam ser introduzidas.

Em 3 de junho de 1956, foi lançado o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, o SDJB, que serviu de ponto de partida para a reforma do jornal. O SDJB foi o resultado da confluência de algumas iniciativas: a primeira foi a compra de um novo equipamento gráfico capaz de dar ao jornal condições técnicas de expansão; a segunda foi a viagem da condessa Pereira Carneiro aos Estados Unidos para observar as inovações que a imprensa norte-americana tinha introduzido; a terceira foi a entrada de Reynaldo Jardim, responsável pela criação do *Suplemento Dominical* (Ferreira, 1996). Nesse suplemento, Jardim começou misturando vários assuntos e tinha inicialmente como alvo o público feminino. Abriu espaço para novos autores, cineastas, artistas, poetas, cronistas, e ênfase a temas ligados ao teatro, ao cinema e às artes plásticas.

O sucesso do *Suplemento Dominical* estimulou a direção do jornal a aprofundar a reforma. Foi convidado para coordenar essa nova etapa Odylo Costa Filho, em dezembro de 1956. Esse jornalista trouxe outros colegas que vinham de outras experiências inovadoras em jornais como o *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*. Essa fase levou à ampliação do noticiário, ao aumento do número de páginas do jornal e à introdução da fotografia na primeira página. O *Jornal do Brasil* começou a ser lido pela elite política e empresarial.

Odylo Costa Filho saiu do jornal em dezembro de 1958 (Costa, 2000), e a reforma continuou sob a orientação de Amilcar de Castro, Jânio de Freitas, Wilson Figueiredo, Carlos Lemos e outros. Em 1959, o jornal sofreu modificações gráficas, e, em 1960, foram lançados o Caderno C, de classificados, e o Caderno B, dedicado às artes, teatro e cinema.

Em 1962, o jornalista Alberto Dines foi convidado a assumir a chefia da redação. Sob sua direção deu-se a reestruturação da redação, com a organização das editorias que se especializaram na cobertura de temas como política, economia, esportes, cidade, internacional, fotografia. Foi criado o arquivo do jornal, inclusive o de fotografia, e o departamento de pesquisa. Surgiram então as reuniões regulares de redação, que até então não existiam na imprensa brasileira. Essas mudanças foram introduzidas durante o regime militar.

Narrada dessa forma, a reforma do *Jornal do Brasil* parece simples de entender. Entretanto, ao ouvir os depoimentos dos jornalistas, surgem disputas pelas glórias da modernização da imprensa brasileira. Ao ouvirmos Alberto Dines, ele afirmou que foram Odylo Costa Filho e Amilcar de Castro os responsáveis pela famosa reforma, e que ele próprio teria dado continuidade ao processo. Entretanto, outros jornalistas, inclusive um dos proprietários do jornal, Nascimento Brito, não dão importância ao papel de Odylo. Em depoimento ao CPDOC, Brito (1996: 154) afirmou que até a saída de Odylo haviam sido dados alguns passos importantes para a transformação do jornal – a maioria deles, segundo sua versão, contra a vontade de Odylo. Brito considera que foi Dines quem sistematizou as modificações, permitindo que se chegasse a uma verdadeira consciência do que foi chamado de “*reforma do Jornal do Brasil*”.

Outros jornalistas insistem que foram Jânio de Freitas e Carlos Lemos que introduziram inovações nas páginas de esporte, que funcionaram como um verdadeiro laboratório de experimentos dentro do jornal, com a introdução de uma série de alterações, tanto na diagramação como no estilo das fotos das

matérias. Nas páginas de esporte, pela primeira vez foram eliminados os fios que separavam as colunas de texto, e em seguida essas alterações foram estendidas para todo o jornal. Outros jornalistas, ainda ao apontar os responsáveis pela reforma do jornal, citam Jânio Freitas, Ferreira Gullar e Reynaldo Jardim, e não consideram nem Odylo nem Dines.

As entrevistas revelam que a iniciativa das transformações foi liderada por um grupo, e a consolidação da reforma foi conduzida por outro. Não havia uma visão clara dos rumos que deveriam ser tomados para modernizar o jornal. As mudanças iam sendo feitas e testadas e, quando eram percebidas como boas soluções, a equipe se dedicava à sua consolidação. Por outro lado, deve-se assinalar que a reforma se processou ao longo de mais de dez anos, com alta rotatividade de participantes.

As mudanças feitas no jornal *O Estado de S. Paulo* nos anos 1970/1980 e os depoimentos orais que obtivemos reproduzem o mesmo tipo de disputa. Entretanto, não temos espaço neste artigo para apresentar as divergências e convergências que surgiram nos depoimentos sobre esse jornal.

Conclusão

Para concluir, vamos lembrar que os depoimentos podem apresentar “falas” que procuram difundir mitos sobre a mudança e esconder determinadas realidades que não contemplam certos grupos, ou fatos e acontecimentos desfavoráveis aos depoentes.

Podemos valorizar o papel do ator na condução da mudança, mas não podemos reduzir a um indivíduo a explicação no encaminhamento de todo o processo de transformações. Entendemos que existe

uma enorme complexidade nas decisões e nas ações que levam à mudança, o que exige a participação de vários profissionais nas várias etapas desse processo.

É evidente que não foi a mídia que determinou ou foi a responsável pela redemocratização, mas sem ela não é possível imaginar a transição. Ela contribuiu para a formação de uma consciência sobre a necessidade de redemocratizar o país. Ela ampliou, difundiu as críticas que estavam sendo feitas ao regime.

O ator individual, uma personalidade, parece às vezes dominar a cena histórica, mas ao observarmos as diferentes dimensões de um momento de mudança, de um ponto de vista mais global, apercebemos-nos de que há uma grande complexidade nas decisões que conduzem às transformações e há várias personalidades envolvidas.

A análise histórica do processo de mudança deverá partir do pressuposto de que a reconstituição do passado não pode ser feita sem levar em conta o presente, e especialmente a posição de quem fala e a representação que o depoente tem de sua história. A “*ilusão retrospectiva*”, como entende P. Bourdieu (1982), apresenta-se na tentativa de tomar a representação da história como realidade e de tornar universal uma visão da realidade.

Sabina Loriga (1998), historiadora italiana que tem reflexões sobre o uso das biografias e depoimentos orais, lembra que já historiadores positivistas afirmavam que as qualidades pessoais, inclusive as dos grandes homens, não eram suficientes para explicar o curso dos acontecimentos. Era preciso levar também em consideração as instituições e o meio (a raça, a nação, a geração etc.).

Notas

¹ Parte deste texto foi apresentado no XIII International Oral History Conference (Roma, Itália, 23-26 de junho de 2004).

² Sobre as noções de projeto e campo de possibilidades, ver G. Velho 1994 e 1981.

³ Ao final do texto relacionamos as entrevistas que utilizamos para discutir o tema.

Referências bibliográficas:

- Abreu, A. A., 2003, « *Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática* » in Abreu, A. A., Latmann-Weltman, F., et Kornis, M. (Orgs), *Mídia e política no Brasil : jornalismo e ficção*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Abreu, A. A., 1998, « *Jornalistas : de românticos a profissionais* », *Antropolítica*, n° 5, pp. 7-19.
- Bourdieu, P., Saint-Martin, M. de, 1982, « *La Sainte Famille* », *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 44-45, pp. 2-53.
- Cerruti, S., 1995, « *La construction des catégories sociales* » in Boutier, J., Julia, D. (Éds), *Champs et chantiers de l'histoire*, Paris, Autrement, pp. 224-234.
- Costa, C., 2000, *Odylo Costa, filho : o homem com uma casa no coração*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, Prefeitura.
- Dines, A., 1996, *O papel do jornal : uma releitura*, São Paulo, Summus, 6ª ed.
- Ferreira, M. de M., 1996, « *A reforma do Jornal do Brasil* », in Abreu, A. A., et alli. (Org.), *A Imprensa em Transição. O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, pp. 141-155.
- Frank, R., 1992, « *La mémoire et l'histoire* », *Cahiers de l'Institut d'histoire du temps présent*, n° 21, pp. 65-72.
- Kushnir, B., 2004, *Cães de Guarda. Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, São Paulo, FAPESP/Boitempo Editorial.
- Loriga, S., 1998, « *A Biografia como problema* » in Revel, J. (Org.), *Jogo de escalas : a experiência da micro análise*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Peneff, J., 1990, *La méthode biographique*, Paris, Armand Colin.
- Perrineau, P. (Éd.), 1994, *L'engagement politique ; déclin ou mutation ?*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- Velho, G., 1994, *Projeto e metamorphoses. Antropologia das sociedades complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Velho, G., 1981, *Individualismo e cultura ; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Wieviorka, M. (Éd.), 1998, *Raison et conviction : l'engagement*, Paris, Textuel.

Entrevistas:

- Paulo Henrique AMORIM. São Paulo, 20/05/1997; Evandro Carlos de ANDRADE. Rio de Janeiro, 29/10/1997; Joelson BETING. São Paulo, 4/04/2002; Luis Alberto BITTENCOURT. Rio de Janeiro, 05/12/2000; Henrique CABAN. Rio de Janeiro, 15/05/1998; Ismar CARDONA. Brasília, 26/09/2000; Mino CARTA. São Paulo, 20/05/1997 e 27/05/21997 Rosa CASS. Rio de Janeiro, 02/10/2000; Gilberto Menezes CORTES. Rio de Janeiro, 15/08/2000; Tereza CRUVINEL. Brasília, 16/04/1998; Alberto DINES. São Paulo, 03/12/1997 e Rio de Janeiro, 29/12/1997; Otávio FRIAS FILHO. São Paulo, 08/12/1997; Lillian WITE FIBE. Rio de Janeiro, 09/04/1997; Miriam LEITÃO. Rio de Janeiro, 25/03/1997; Aluisio MARANHÃO. São Paulo, 23/01/1998; Roberto MULLER. Vitória, 27/08/1998; Carlos Alberto OLIVEIRA (CAO). Rio de Janeiro, 12/05/2000; Cláudia SAFATLE. Brasília, 27/01/1998; Noênio SPÍNOLA. São Paulo, 28/04/2000; Almir TOJAL. Rio de Janeiro, 12/02 e 12/04/2001; George VIDOR. Rio de Janeiro, 13/12/200.

Résumé | Resumo | Abstract

Pt. Este texto procura discutir a possibilidade de explicar as mudanças ocorridas na mídia brasileira especialmente na fase de transição do regime militar/autoritário para a democracia (1964-1985). Para isso, fizemos uma análise dos principais jornais e revistas do Rio de Janeiro e São Paulo e utilizamos depoimentos orais e a construção de trajetórias de vida. Através de sessenta entrevistas de história oral, foi possível identificar a atuação dos jornalistas, suas aspirações, imagens e representações. Utilizar biografias e histórias de vida nos estudos de mudança social implica, sem dúvida, uma valorização do papel do indivíduo na história. Por outro lado, utilizar o método de história oral significa que o pesquisador só trabalha com personagens e temas do presente, o que coloca o problema da proximidade e da identidade do pesquisador com o narrador. As dificuldades que se apresentam para o pesquisador estão ligadas ao controle das informações obtidas. Em muitos casos, só aparecem os lados positivos da atuação do entrevistado. Os depoimentos envolvem falas que procuram difundir mitos sobre a mudança e esconder determinadas realidades que não contemplam certos grupos, ou fatos e acontecimentos desfavoráveis ao depoente. Mas as entrevistas revelaram aspectos desconhecidos de uma profissão que até recentemente era pouco estudada no Brasil.

Palavras-chave: jornalistas, transição democrática, depoimentos orais

En. This paper seeks to discuss and explain the changes in Brazilian media, especially during the transition from the authoritarian military regime to the democratic period (1964-1985). An analysis was made of major newspapers and magazines in both Rio de Janeiro and São Paulo and oral testimonies were used. The study of sixty oral history interviews enabled us to identify the role of journalists, their aspirations, images and representations. The use of biographies and personal stories in the study of social change implies, without doubt, an appreciation of the role of the individual in history. On the other hand, adopting the method of oral history leads the researcher to work with characters and themes in the present time, raising the question of proximity and identity of the researcher and narrator. The difficulties that arise for the researcher are linked to the control of information. Many cases only show the positive side of the interviewee's actions and their statements, in many instances, spread myths about change and hide certain realities that do not include certain groups, facts or events unfavorable to the speaker. On the other hand, the interviews reveal unknown aspects of a profession that, until recently, was little studied in Brazil.

Keywords: journalists, democratic transition, oral testimonies

Fr. Ce texte souhaite discuter la possibilité d'expliquer les changements intervenus dans les médias brésiliens, particulièrement durant la phase de transition du régime militaire/autoritaire vers la démocratie (1964-1985). À cette fin, nous procédons à une analyse des principaux journaux et revues de Rio de Janeiro et São Paulo, et nous utilisons des témoignages oraux et la méthode des trajectoires de vie. À travers soixante récits de vie, il a été possible d'identifier l'action des journalistes, leurs aspirations, images et représentations. Utiliser des biographies et des histoires de vie dans l'étude du changement social implique, sans aucun doute, une attention au rôle de l'individu dans l'histoire. Par ailleurs, utiliser la méthode de l'histoire orale signifie que le chercheur travaille seulement avec des personnages et des thèmes du présent, ce qui pose le problème de la proximité et de l'identité du chercheur en relation avec le narrateur. Les difficultés qui se présentent pour le chercheur sont liées au contrôle des informations obtenues. Dans de nombreux cas, n'apparaissent que les côtés positifs de l'action de l'interviewé. Les témoignages impliquent des propos qui cherchent à répandre des mythes sur le changement et à oublier des réalités déterminantes qui ne prennent pas en compte certains groupes, ou des faits défavorables au témoin. Mais les entrevues révèlent aussi des aspects inconnus d'une profession qui jusqu'à récemment fut peu étudiée au Brésil.

Mots-clés : journalistes, transition démocratique, récits de vie

